

DETERMINANTES DO VOTO “SIM” DOS DEPUTADOS FEDERAIS AO CONTROLE DE ARMAS NO BRASIL

Pedro Neiva

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as taxas de homicídio cresceram assustadoramente no Brasil, colocando-o como um dos campeões mundiais nesse tipo de fatalidade. Conforme mostram diversos especialistas, a arma de fogo é o principal instrumento utilizado para essa finalidade. Como resposta à tal situação, o Congresso Nacional aprovou, em 2003, o “Estatuto do Desarmamento”, que, entre outras medidas, proibiu a comercialização de armas e munições. No entanto, para entrar em vigor o dispositivo dependia de aprovação mediante referendo popular, o que acabou não acontecendo.

Neste artigo, não pretendo discutir os motivos que levaram à decisão negativa do eleitor. Isso foi feito por outros autores (Veiga e Santos, 2008; Francisco Jr. et. All, 2007; Romero et. all, 2007; Mota & Crespo, s.d.). O meu objetivo é o de avaliar a tomada de decisão no Congresso Nacional; mais especificamente, identificar quais foram os atores principais e as variáveis que explicam o voto dos deputados federais favorável ao controle de armas no país. Embora não seja uma pesquisa comparativa, utilizarei como referência os Estados Unidos, onde estudos sobre o tema abundam. Naquele país, pesquisas de opinião pública mostram que o posicionamento em relação às armas está relacionado ao gênero, origem rural/urbana, nível educacional, filiação partidária, doação de campanha da indústria de armas (Smith, 2002: 3; Price et. all, 2002). Mulheres, residentes em grandes cidades, democratas e com nível educacional alto apresentam maior propensão para apoiar medidas restritivas às armas. Já os homens, republicanos, residentes em áreas rurais e com nível educacional baixo apresentavam menor disposição para isso.

O tema das armas apresenta uma forte ideologia política naquele país (Soares, s.d.: 67). De fato, a idéia do que seja a ordem e de como ela pode ser obtida costuma ser radicalmente diferente para liberais e conservadores; no que diz respeito ao controle de armas, especificamente, os primeiros são claramente favoráveis enquanto os últimos opõem-se a ela (Grafton & Permaloff, 2005). Em termos partidários, os democratas costumam ser favoráveis ao controle de armas e recebem doações de campanha daqueles que o defendem; já os republicanos votam pela liberação das armas e são financiados por grupos que têm a mesma posição, cujo principal representante é a *National Rifle Association* – NRA (Singh, 1999:4; Price et. all, 2002: 7).

No entanto, essa opinião não é pacífica entre os autores. Há quem diga que, ao contrário do que acontece com temas relacionados ao orçamento, previdência, política de bem-estar social, redução do déficit público e política fiscal, a influência partidária está completamente ausente em assuntos que se afastam da primeira dimensão, tais como aborto, ações afirmativas e controle de armas (Snyder & Groseclose, 2000; Ansolabehere et all, 2001). No caso específico das armas, Poole (2003: 5) afirma que a situação se complica porque elas não se enquadram confortavelmente nem como um tema econômico nem como um tema social.

Como esse assunto insere-se na política brasileira, mais especificamente no Congresso Nacional? Soares (s.d.: 67) sugere que a vinculação ideológica aqui seja menor do que nos Estados Unidos. No entanto, faltam estudos empíricos que comprovem tal afirmação; essa é uma oportunidade para se testá-la. A minha hipótese principal é de que partidos de esquerda tendem a se posicionar favoravelmente ao controle de armas e partidos de direita, contrariamente. É possível, no entanto, que o posicionamento ideológico não seja o único determinante do voto parlamentar nesse assunto, sendo necessário controlar por outras variáveis que supostamente influenciam na sua decisão.

Na próxima seção, farei uma breve retrospectiva sobre a discussão e sobre a tramitação das propostas de desarmamento apresentadas no Congresso Nacional. Na seção seguinte, apresentarei minhas hipóteses e variáveis explicativas. Os testes das hipóteses serão feitos em seguida, por meio de duas estratégias analíticas complementares: inicialmente, avaliarei o perfil dos parlamentares de duas bancadas suprapartidárias, antagônicas entre si, que foram formadas no Congresso para a conduzir a discussão. Em um segundo momento, usarei um modelo de regressão logística, onde avalio os determinantes do posicionamento favorável do parlamentar na aprovação da proposta de referendo. Finalmente, apresento as conclusões.

TRAMITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE DESARMAMENTO NO CONGRESSO

A proibição da venda de armas no país tem sido uma questão controversa, que provocou debate político inflamado. A luta pela elaboração do Estatuto do Desarmamento começou em 1993, passando por atos públicos, coleta de assinaturas e diversas matérias legislativas apresentadas no Legislativo. Em fevereiro de 1997, foi promulgada a lei 9.437, que regulamentou o uso de armas civis e instituiu o Sistema Nacional de Armas – SINARM, um banco de dados nacional, que integra as bases da Polícia Federal, da Polícia Civil e do Exército. O Estatuto começou a ganhar corpo em 1999, quando o então ministro da Justiça, Renan Calheiros, mandou para o Congresso o projeto de lei número 1.073/99. Em julho de 2003, com a criação de uma comissão mista para tratar do tema, tal projeto incorporou outras 70 propostas existentes, viabilizando a sua aprovação em 09.09.03 e conseqüente promulgação pelo presidente da República em 23 de dezembro do mesmo ano.

Entre outras, o Estatuto definiu normas para fabricação, registro, uso e transporte de armas e munições; a proibição do porte de armas por civis; a caracterização de crime inafiançável para o porte ilegal de armas; o aumento da idade mínima para compra de armas de fogo, de 18 para 25 anos; a realização de uma campanha nacional de entrega voluntária de armas.

Em suas disposições finais, o referido diploma legal estabeleceu também que a proibição da comercialização de armas de fogo e de munições ficaria sujeita à aprovação popular. Conforme inciso XV – art. 49 da Constituição Federal, o referendo dependia de autorização do Congresso Nacional para ser realizado. No Senado, foi facilmente aprovada por votação simbólica. Na Câmara dos Deputados, a matéria ficou “engavetada” por oito meses por conta da mobilização dos parlamentares que defendiam as armas e dominavam a Comissão de Segurança Pública, mas acabou sendo votada no prazo limite estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (Bandeira e Bourgois,

s.d.). Tendo em vista que o referendo estava marcado para outubro do mesmo ano, sobraram apenas três meses para a condução da campanha.

Nesse artigo, pretendo avaliar as duas votações referentes ao assunto, ambas realizadas em 06.07.05 na Câmara dos Deputados: a do projeto de lei que autorizava o referendo e a do requerimento para que o mesmo tramitasse em regime de urgência.¹ Cabe lembrar que, naquele momento, a percepção era de que a sociedade aprovaria a proibição da comercialização de armas: pesquisa do IBOPE² realizada entre 14 e 18.07.05 mostrou que 81% dos entrevistados achavam que o comércio de armas de fogo deveria ser proibido; 3 dias depois, o Datafolha confirmou o quadro, mostrando que 80% eram favoráveis à proibição. Sendo assim, os parlamentares favoráveis às armas posicionaram-se contra o referendo, pois estavam certos de que seriam derrotados nas urnas. Aqueles que se opunham a elas votaram a favor do referendo, pois acreditavam que as pesquisas de opinião seriam validadas.

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS E HIPÓTESES

Filiação Partidária

As minhas variáveis explicativas principais dizem respeito às legendas partidárias. Estudos sobre o comportamento dos partidos no Legislativo brasileiro são abundantes, mas existem muitas controvérsias entre os autores. De um lado, estão aqueles que afirmam serem os partidos frágeis na arena parlamentar e uma referência pouco importante para o legislador, que está mais preocupado com as suas próprias preferências ou às de seus aliados nos estados (Mainwaring, 1991, 1997; Abrúcio, 1998; Samuels, 2003; Ames, 2003). Por outro lado, vários estudos mostram que os partidos são importantes, disciplinados e participam ativamente do processo decisório no Congresso (Santos, 2002; Amorim Neto, 2000; Pereira e Mueller, 2003; Meneguello, 1998; Figueiredo e Limongi, 1999).

Apesar de ser uma área da ciência política brasileira bastante profícua, as análises do Legislativo ficaram concentradas sobre a produção legal como um todo, tendo sempre o Poder Executivo como ator político fundamental nesse processo. Pouco sabemos a respeito do posicionamento dos partidos sobre assuntos específicos. Acredito que estudos de votações separadas por temas, especialmente quando polêmicos – como o é o que está sendo tratado aqui – podem trazer novas perspectivas na compreensão do nosso Legislativo.

Considere todos os partidos que contavam com pelo menos 1% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Eles foram organizados em um espectro que vai da esquerda para a direita, seguindo a seguinte seqüência: PC do B, PT, PDT, PSB, PPS, PV, PMDB, PSDB, PTB, PL, PFL³, PPB.

1 É importante mencionar que o regime de urgência exige que a matéria seja apreciada no prazo de 45 dias, o que acaba favorecendo a sua aprovação. Sendo assim, a votação do requerimento fica sendo tão importante quanto a da própria matéria substantiva.

2 IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

3 O PFL passou-se a chamar-se DEM (Democratas) a partir de 28.03.07.

Sexo

Embora seja importante, a filiação partidária não é a única referência a influenciar as ações de um legislador, especialmente em um assunto como esse, que parece se afastar da dimensão puramente ideológica. Estudos sobre a participação política das mulheres afirmam que elas tendem a se dedicar mais a temas sociais, relacionados à criança, aos idosos, aos desempregados, ao meio ambiente, ao planejamento familiar e às minorias e menos a temas relacionados ao uso da força (Ruddick, 1989; Paxton & Hughes: 2007; Finamore e Carvalho, 2006: 352; Grossi e Malheiros, 2001; Wilcox et all, 1996; Shappiro e Mahajan, 1986; Conover & Sapiro, 1993; Smith, 1984).

A partir de um *survey* aplicado nos Estados Unidos, Cook e Ludwig (1997) mostraram que as mulheres mantêm uma relação diferenciada com as armas: 42% dos homens afirmaram possuir pelo menos uma arma, contra 9% das mulheres. Em pesquisa realizada com estudantes universitários, Payne & Riedel (2002) verificaram que os homens tendem a se opor mais ao controle de armas do que as mulheres.

Esta diferença pode ser vista também nas votações dos parlamentares norte-americanos: Price et. all (2002: 427,429) verificaram que os deputados tinham uma chance 3,84 vezes maior de votar contra o controle de armas *vis-a-vis* as deputadas; o mesmo acontecia no Senado, onde a propensão de voto a favor das armas era 2,14 vezes maior entre os senadores, em relação à propensão de voto entre as senadoras. A minha hipótese para o Congresso brasileiro caminha no mesmo sentido: parlamentares do sexo feminino tendem mais a votar favoravelmente ao controle de armas do que os homens.

Grau de Instrução

Pesquisas conduzidas nos Estados Unidos pela *National Gun Policy Surveys*, de 1996 a 1999, verificaram que pessoas com nível educacional mais alto estavam mais propensas a apoiar medidas para controlar as armas. No Poder Legislativo, Price et. all. (2002: 9) verificaram que a chance de os deputados norte-americanos com grau de instrução menor (graduação ou menos) serem favoráveis à liberação das armas era significativamente menor do que a referente aos deputados que possuíam mestrado ou doutorado.

Para fazer o mesmo teste com os deputados brasileiros, eu os dividi em três grupos: com grau de instrução abaixo de superior; com grau de instrução superior e/ou especialização; com mestrado e/ou doutorado. O primeiro grupo totalizava 119 deputados; o segundo, 343; e o terceiro, 47. A minha hipótese é: quanto maior for o grau de instrução do parlamentar, menor será sua propensão para apoiar a realização do referendo.

Profissão/Setor de Origem do Parlamentar/Crença Religiosa

De acordo com Leôncio Rodrigues (2002), as profissões de origem e os setores da sociedade de onde os parlamentares vêm são condicionantes do comportamento programático e ideológico. Nesse estudo, testo as hipóteses de que parlamentares oriundos das áreas agrícola/rural e militar tendem a votar contra o controle de armas. Elas se inspiram na literatura que diz que a familiaridade com as armas ou a propriedade delas – que é maior nesses dois grupos – influencia positivamente na oposição ao seu controle (Ellison, 1991; Lizotte, Tesoriero, Thornberry, & Krohn, 1994; Payne & Riedel, 2002).

No caso específico dos agricultores, destaca-se o posicionamento da União Democrática Ruralista – UDR, que, logo após a vitória do “não” no referendo, publicou em sua página na internet, a seguinte declaração, assinada pelo seu presidente, Luiz Antônio Nabhan Garcia:

“... deu-se a vitória da liberdade e o fortalecimento da democracia (...) o povo brasileiro deu o seu recado para governantes e legisladores (...) Que o resultado deste referendo sirva de exemplo para todos, principalmente os desinformados, mal intencionados, que foi preciso tanto dinheiro gasto neste referendo para cair a ficha.”

A variável referente aos militares será codificada com o valor “1” quando o parlamentar houver participado de corporação militar das forças armadas, da polícia (federal, estadual ou municipal) ou do corpo de bombeiros. Também receberá esta codificação caso tenha sido titular de secretaria estadual ou municipal de segurança pública. A variável referente aos ruralistas receberá o valor “1” quando o parlamentar participar da Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, mais conhecida como “Bancada Ruralista”.

Já os religiosos posicionaram-se a favor da proibição da venda de armas por meio de suas igrejas e seus respectivos conselhos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), associação que agrega diferentes religiões cristãs. Além de demonstrar preocupação com o tema nas Campanhas da Fraternidade de 2000 e 2005, elas tiveram uma ação efetiva a favor do desarmamento ao abrirem seus templos para o recolhimento de armas.

Utilizarei três variáveis para testar a influência da religião sobre a decisão de desarmamento na Câmara dos Deputados. Uma delas será a participação do parlamentar na “Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto”, lançada em 25.08.05, poucos dias antes das votações relacionadas ao referendo. Embora não se trate de uma Frente formada exclusivamente por religiosos, ela recebeu amplo apoio das igrejas.

Em outro modelo, utilizarei variáveis que dizem respeito à participação religiosa mais direta; especificamente, nas bancadas evangélica e católica. A primeira foi montada em 1988, quando surgiram rumores de que a nova Constituição iria estabelecer o catolicismo como religião oficial do país. Foi também bastante atuante nas batalhas contra a legalização do aborto, da união entre pessoas do mesmo sexo e da cobrança de impostos das igrejas. O segmento mais “agressivo” é vinculado à Igreja Universal, que elegeu 14 deputados federais em 1998 e ajudou a eleger mais três, distribuídos por partidos de centro e, principalmente, de direita. Na Legislatura 1998/2002, a bancada contava com 53 membros, ligado a 13 igrejas diferentes (Oro, 2003). Segundo Costa e Queiroz (2007: 43), na Legislatura 2004/2007, a bancada chegou a reunir mais de 60 parlamentares.

Os católicos também contam com expressiva representação no Congresso, mas a sua atuação é menos organizada e mais discreta, o que dificulta o seu mapeamento. Segundo a Revista *Época* (19.11.99), o grupo participava mensalmente de uma missa realizada na residência do então vice-presidente da República, Marco Maciel, e envolvia 100 deputados. Santos e Caparelli (2004) estimam que esse número seja bem menor: em torno de 50 deputados. Segundo Santin (2000), o chamado “Grupo Parlamentar

Católico” era composto, na Legislatura 1995-1999, de 57 deputados e 11 senadores, filiados a partidos de esquerda, centro e direita. De acordo com a autora, embora muitos de seus membros não estivessem oficialmente ligados à Igreja Católica, eles eram freqüentemente procurados por setores da mesma, como a CNBB, que lhes pediam apoio e prestavam assessoria.

Como não parece existir uma lista disponível desses parlamentares, resolvi criar a minha própria, que totalizou 38 deputados. Ela foi elaborada a partir de pesquisa em suas biografias, noticiários em jornais e revistas e pronunciamentos em plenário. Além dos que assumiram explicitamente serem católicos, entraram no grupo aqueles que demonstraram forte identificação com a Igreja, por meio de ações como: visitas ao Papa, pronunciamento em plenário em homenagem à Igreja ou a autoridades eclesásticas, exercício de liderança religiosa em sua carreira.

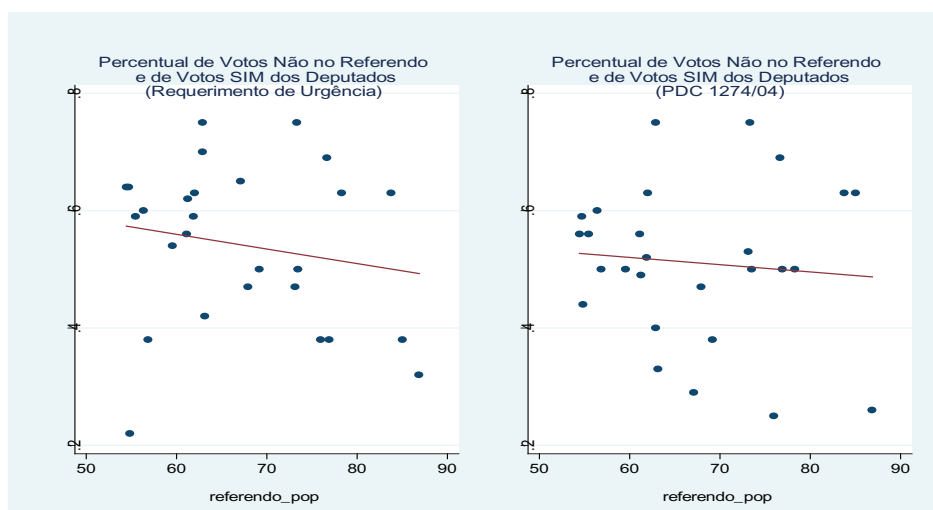
Região de Origem do Parlamentar

Outra variável importante na explicação do apoio ao controle de armas nos Estados Unidos diz respeito à localização geográfica, que, por sua vez, se reflete no Congresso daquele país. De acordo com Price et. all (2002, 427, 429), deputados da região sul apresentam 5 vezes mais chances de votar pela liberação das armas do que os da região nordeste; no Senado, os representantes da região oeste apresentam 3,56 mais chances de votar pela liberação do que os da região nordeste.

No Brasil, a referência espacial também parece ser importante na explicação da atitude em relação a esse tema. Em primeiro lugar, porque o problema não se apresenta da mesma forma por todo o país. No que se refere à taxa de homicídios, por exemplo, ela variava em 2001 de 8,4 por 100 mil habitantes em Santa Catarina até 58,5 em Pernambuco (Ramos e Lemgruber, 2004).

No referendo realizado em 2005, o voto “não” venceu em todos os estados do país. Não obstante, verificou-se uma razoável diferença entre eles, variando de 54,5% em Pernambuco até 86,8% no Rio Grande do Sul (APÊNDICE 1), estado onde está concentrada a produção de armas no Brasil.⁴ Curiosamente, todos os estados que fazem fronteira com outros países da América do Sul ficaram acima da média do país, que foi de 64%. Já os estados litorâneos e do interior, que não fazem fronteira com o exterior, ficaram abaixo desta média. Os gráficos que se seguem mostram, no entanto, não haver relação entre o percentual de votos “não” dados pelos eleitores de cada estado no referendo e o percentual de votos “sim” dos parlamentares ao requerimento de urgência e ao projeto de lei referentes ao desarmamento (PDC-1274/04).

4 Segundo Kahane (1999), nos Estados Unidos, a ameaça de desemprego no estado era um forte indicador de voto dos senadores às propostas da NRA.



Essa baixa correlação entre as duas variáveis significa que os parlamentares estavam desatentos às preferências de suas bases eleitorais? A resposta é “NÃO”. Não podemos esquecer que, no momento em que foi votada a matéria que autorizava a realização do referendo, a intenção de voto da população era amplamente favorável à proibição de armas no Brasil. Se a proposta do referendo tivesse sido realizado naquele momento, ela certamente teria sido aprovada. Provavelmente, a discrepância entre a opinião da população e dos seus representantes deveu-se à rápida mudança da primeira, que saiu de um patamar acima de 80% em meados de 2005 para 36% no dia do referendo, em outubro do mesmo ano.

Nada obstante, a influência espacial será considerada no modelo, por meio de três formas: variáveis dicotômicas que identificam o pertencimento do parlamentar a cada um dos 27 estados do país; variável dicotômica que diz se o parlamentar é oriundo de um estado de fronteira com outro país ou não; outra variável dicotômica referente à adesão do legislador à Frente Parlamentar dos Municípios da Faixa de Fronteira, bancada suprapartidária criada em julho de 2005, que contou com a adesão de 28 deputados.

Análise dos Dados

A primeira avaliação envolve duas bancadas supra-partidárias formadas em julho de 2005, com o objetivo de organizar a campanha na defesa de seus interesses. A bancada que se posicionou a favor do desarmamento contou com a adesão de 11 senadores e 18 deputados e foi chamada de “Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas”. A que se posicionou contra foi chamada de “Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa” e contou com o apoio de 2 senadores e de 16 deputados; pejorativamente, era também chamada de “bancada da bala”. De acordo com dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, cinco de seus integrantes receberam doações de fabricantes de armamentos e munições nas eleições de 2002.⁵ Não se trata de uma indústria fraca; ela produziu nos

5 São eles: Alberto Fraga, Josias Quintal, Pompeu de Mattos, Ênio Bacci e Luiz Antônio Fleury.

últimos cinco anos 2,3 milhões de armas – 530 mil destinadas ao mercado nacional – o que a coloca entre as cinco maiores produtoras de armas pequenas no mundo.

Ainda que a avaliação desses dois grupos não traga respostas conclusivas, é importante que ela seja realizada; afinal, trata-se de parlamentares que se posicionaram radicalmente (a favor ou contra) em relação à proposta de controle das armas. Espera-se que os parlamentares da Frente pelo Desarmamento tenham convicções bem mais fortes na sua aprovação do que a grande maioria dos parlamentares. O mesmo pode ser dito com relação à “bancada da bala”: espera-se que sejam parlamentares com afirmação forte nos assuntos relacionados à violência. Na tabela que se segue, são apresentadas informações sobre os dois grupos. Por se tratar de assunto muito polêmico, acredito que o confronto entre segmentos tão distintos pode trazer informações relevantes para a explicação do voto pela realização do referendo.

Tabela 1
 Perfil dos Parlamentares Integrantes das Frentes Parlamentares
 Favorável e Contrária ao Controle de Armas

FRENTE PARLAMENTAR POR UM BRASIL SEM ARMAS				
PARLAMENTAR	CARGO	PARTIDO	UF	PROFISSÃO
Sandra Rosado	Deputada	PSB	RN	Assistente Social
Vanessa Grazziotin	Deputada	PC DO B	AM	Farmacêutica
Jandira Feghali	Deputada	PC DO B	RJ	Médica
Patrícia Gomes	Senadora	S/PART.	CE	Pedagoga
Maria Lúcia Cardoso	Deputada	PMDB	MG	Professora
Iriny Lopes	Deputada	PT	ES	Radialista
Luiz Otávio	Senador	PMDB	PA	Administrador
Raul Jungman	Deputado	PMDB	PE	Administrador
Renan Calheiros	Senador	PMDB	AL	Advogado
ACM Neto	Deputado	PFL	BA	Advogado
Demóstenes Torres	Senador	PFL	GO	Advogado
João Fortes	Deputado	PT	SE	Advogado
Luiz Eduardo Greenhalg	Deputado	PT	SP	Advogado
Arthur Virgílio	Senador	PSDB	AM	Diplomata
Aloizio Mercadante	Senador	PT	SP	Economista
Tasso Jereissati	Senador	PSDB	CE	Empresário
Valmir Amaral	Senador	PP	DF	Empresário
César Borges	Senador	PFL	BA	Engenheiro
Marcelo Crivella	Senador	PL	RJ	Engenheiro Civil
Alberto Goldman	Deputado	PSDB	SP	Engenheiro Civil
Renildo Calheiros	Deputado	PC DO B	PE	Geólogo
Gerson Camata	Senador	PMDB	ES	Jornalista
Fernando Gabeira	Deputado	PV	RJ	Jornalista
Jamil Murad	Deputado	PC DO B	SP	Médico
Jorge Gomes	Deputado	PSB	PE	Médico
Luiz Antônio Medeiros	Deputado	PL	SP	Metalúrgico
João Paulo Cunha	Deputado	PT	SP	Metalúrgico
Jeferson Campos	Deputado	PMDB	SP	Ministro Evangélico
Fernando de Fabinho	Deputado	PFL	BA	Radialista

FRENTE PARLAMENTAR PELO DIREITO DA LEGÍTIMA DEFESA

Juvêncio da Fonseca	Senador	PDT	MS	Advogado
Inaldo Leitão	Deputado	PSDB	PB	Advogado
Alceu Collares	Deputado	PDT	RS	Advogado
Ênio Bacci	Deputado	PDT	RS	Advogado
Mendes Ribeiro Filho	Deputado	PMDB	RS	Advogado
Luiz Antônio Fleury	Deputado	PTB	SP	Advogado/Secretário de Segurança
Pompeu de Mattos	Deputado	PDT	RS	Bancário
Eliseu Padilha	Deputado	PMDB	RS	Empresário
Mário Heringer	Deputado	PDT	MG	Médico
Enéas	Deputado	PRONA	SP	Médico
Coronel Alves	Deputado	PSDB	AP	Militar
Alberto Fraga	Deputado	PMDB	DF	Militar
Capitão Wayne	Deputado	PSDB	GO	Militar
Cabo Júlio	Deputado	PMDB	MG	Militar
Jair Bolsonaro	Deputado	PPB	RJ	Militar
Josias Quintal	Deputado	PSB	RJ	Militar
Edmar Moreira	Deputado	PPB	MG	Produtor Rural
Abelardo Lupion	Deputado	PFL	PR	Produtor Rural
Osmar Dias	Senador	PDT	PR	Produtor Rural
Francisco Appio	Deputado	PPB	RS	Produtor Rural
Onyx Lorenzoni	Deputado	PFL	RS	Produtor Rural
Nelson Marquezelli	Deputado	PTB	SP	Produtor Rural
Wladimir Costa	Deputado	PMDB	PA	Radialista
Josué Bengston	Deputado	PTB	PA	Teólogo

Fonte: Deputados Brasileiros – *Repertório Biográfico 52ª Legislatura, 2003*

A tabela mostra, inicialmente, que a proporção de mulheres é bem maior no grupo que é a favor do desarmamento do que no grupo que é contra ele. No primeiro, elas respondem por 20% dos membros, percentual bem acima dos 8,6% e 12,3% das cadeiras que ocupavam, naquela época, na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente. Já no segundo grupo, não existe uma única mulher na sua composição.

Uma segunda informação importante diz respeito à concentração das profissões de militar e de produtor rural na Frente pelo Direito da Legítima Defesa. Enquanto metade da chamada “bancada da bala” é composta pelas duas profissões, na Frente do desarmamento, nenhum parlamentar tem estas ocupações.

No que diz respeito à configuração partidária, as legendas de esquerda contam com uma presença levemente maior na primeira bancada, enquanto os partidos de direita predominam na segunda. No entanto, a diferença é mínima e não suporta nenhuma hipótese nesse sentido.

Para conclusões mais seguras, é importante avaliar o efeito conjunto das variáveis que estão sendo consideradas. Em outras palavras, é necessário que se avalie o efeito individual de cada uma delas, controlando pelo efeito de todas as outras. Para isso, utilizo a técnica estatística conhecida como regressão logística, adequada para modelos em que a variável dependente é dicotômica. Ela a transforma em uma variável *logit* (ou seja, em um *log* natural de chance de ocorrência ou não de voto “sim”, no caso em questão). Os resultados são apresentados abaixo:

Tabela 2
Determinantes do Voto “Sim” para a Realização do Referendo

Variáveis Independentes	Modelo 1				Modelo 2			
	Odds Ratio	Std Error	Z	P > z	Odds Ratio	Std Error	Z	P > z
Mulher	.845	.238	-0.59	0.552	.868	.246	-0.49	0.621
Militar	.349	.153	-2.40	0.016	.337	.148	-2.47	0.014
Ruralista	.456	.090	-3.97	0.000	.456	.090	-3.97	0.000
Evangélico	1.302	.299	1.15	0.252	1.285	.296	1.09	0.276
Católico	1.652	.507	1.63	0.102	1.620	.497	1.57	0.116
Curso Superior	1.719	.312	2.98	0.003	1.688	.307	2.88	0.004
Mestre/Doutor	2.524	.770	3.03	0.002	2.387	.730	2.84	0.004
Frente Parlamentar								
Faixa de Fronteira	.619	.217	-1.37	0.172	-	-	-	-
Frente Parlamentar								
Contra o Aborto	.781	.148	-1.30	0.193	.765	.144	-1.41	0.158
UF de Fronteira	-	-	-	-	.758	.126	-1.66	0.096
PcdoB	18.796	14.952	3.69	0.000	18.634	14.862	3.67	0.000
PT	18.098	6.088	8.61	0.000	18.035	6.068	8.60	0.000
PDT	.666	.328	-0.82	0.410	.678	.334	-0.79	0.432
PSB	4.129	1.833	3.19	0.001	4.095	1.814	3.18	0.001
PPS	16.103	9.334	4.79	0.000	16.784	9.715	4.87	0.000
PV	2.833	1.701	1.73	0.083	2.670	1.609	1.63	0.103
PMDB	2.397	.652	3.21	0.001	2.441	.662	3.29	0.001
PSDB	2.314	.698	2.78	0.005	2.325	.700	2.80	0.005
PTB	.978	.309	-0.07	0.946	.965	.305	-0.11	0.912
PL	1.548	.476	1.42	0.155	1.542	.473	1.41	0.158
PFL	1.411	.411	1.18	0.237	1.388	.405	1.12	0.261
Sem Partido	1.080	.707	0.12	0.906	1.110	.726	0.16	0.873
N		1016				1016		
LR chi2 (8)		267.02				267.89		
Pseudo R2		0.19				0.19		

Conforme se observa na tabela acima, o fato de o parlamentar ser mulher não é importante na explicação do voto a favor do referendo. Já o fato de ser ruralista ou de provir do meio militar faz com que se reduza a chance de o parlamentar votar contra a realização do referendo – em relação a votar favor – em 2,4 e 4 vezes, respectivamente. Aumenta, portanto, a chance de ele votar a favor da comercialização de armas.

O fato de o parlamentar ser católico influi positivamente na sua opção pelo controle de armas. O mesmo já não acontece com o fato de ele ser protestante; embora o coeficiente tenha vindo com o sinal esperado, ele não é estatisticamente significativo. Conclui-se, portanto, que parlamentares católicos tendem a ser menos pró-armas do que parlamentares evangélicos.

No que diz respeito ao grau de instrução, os dois modelos mostram que parlamentares com nível mais elevado (graduação e/ou mestrado/doutorado) tendem a apoiar mais o controle de armas *vis-a-vis* parlamentares com instrução inferior. Ambos

aumentam em cerca de 3 vezes a chance de o parlamentar votar pela realização do referendo.

O fato de pertencer à frente parlamentar dos municípios de fronteira – o que, supostamente, implica interesse eleitoral naquelas localidades – apresentou o sinal esperado (negativo). No entanto, o coeficiente não é estatisticamente significativo. Uma evidência mais clara da influência da fronteira sobre o posicionamento nesse tema pode ser visto no modelo 2, onde troquei a variável relacionada à frente parlamentar pela variável dicotômica relacionada ao estado, ou seja, se o parlamentar é oriundo de uma unidade da federação que tenha fronteira com outro país. Nesse caso, ela ganha significância estatística ao nível de 10%.

Já o pertencimento à bancada contra o aborto apresentou sinal contrário do que se esperava e mostra que ser a favor da vida do nascituro é diferente de ser a favor da vida da pessoa. A primeira atitude parece ser receber influência ainda mais forte da Igreja e mostra-se menos ideológica. A tabela abaixo mostra que, tanto o voto pelo controle de armas, quanto a participação na “frente parlamentar contra o aborto” têm uma relação de dependência com posicionamento ideológico/filiação partidária, mas ela é bem maior no primeiro caso.

Tabela 3
Relação entre Ideologia e Voto pelo Controle de Armas/Participação
na Bancada Contra o Aborto
(Percentual)

	Ideologia/Partido			Pearson chi2(3)
Voto pelo Controle de Armas	5 23	14 14	27 15	153,78 Pr = 0.000
Bancada contra o Aborto	24 5	21 7	35 7	9,52 Pr = 0.023

Voltando para o modelo de regressão (tabela 2), os resultados referentes aos partidos confirmam a suspeita de que o tema do desarmamento envolve um forte conteúdo ideológico. Ao se utilizar o partido mais à direita do espectro político como categoria de referência – o PPB – verifica-se que a tendência favorável ao desarmamento aumenta à medida que se caminha para o centro e para a esquerda do espectro ideológico. A exceção ficou por conta do PDT, que votou com a direita. Isso não surpreende dada a forte instabilidade ideológica que o PDT tem apresentado nas votações nominais nos últimos anos. Colabora para esta explicação o fato de ser ele um partido forte no Rio Grande do Sul, onde está concentrada a produção de armas no Brasil. Utilizei também um modelo sem as variáveis partidárias, o que fez com que o Pseudo R2 caísse de 0,19 nos modelos acima para 0,06, reforçando a evidência do peso dos partidos na explicação do voto pelo desarmamento.

Ao controlar pelas variáveis referentes aos estados da federação, mantendo as mesmas variáveis acima, os resultados não apresentaram mudanças relevantes: os respectivos sinais e significâncias estatísticas permaneceram os mesmos. Evidentemente, existe diferença entre os estados: alguns apresentaram sinal positivo e outros, negativo;

no entanto, nenhum com significância estatística. Pouparei o leitor desse excesso de números.

Alguém pode argumentar que a regressão logística não é a técnica mais adequada para esse caso, já que não existe apenas voto contrário e favorável a uma proposta legislativa, mas também voto em branco, abstenção ou em obstrução. Na verdade, isso depende da forma como interpretamos; entendo que o parlamentar que estava ausente no momento da votação o fez por um de dois motivos principais: porque não considerava a matéria como importante ou porque temia votar contra uma matéria que, na época, contava com forte apoio popular. Em ambos os casos, parece mais razoável considerar o seu voto como contrário ao desarmamento do que favorável a ele. As situações de ausência imprescindível – tais como viagem a serviço, licença médica etc – são irrisórias e certamente não alterariam as conclusões.

Nada obstante, rodei um modelo de regressão multinomial, utilizada para situações em que a variável dependente é categórica, mas envolve mais de duas classes. Tomando “ausente” como categoria básica de comparação, verifica-se que as variáveis referentes aos militares, à Igreja Católica e ao PSDB deixam de ser significativas. Por considerar o modelo logístico mais adequado, não apresentarei os resultados do modelo multinomial aqui, mas no APÊNDICE 2.

CONCLUSÕES

Nesse artigo, procurei avaliar o voto dos parlamentares em relação à proposta de desarmamento no país. Os dados mostram que ele não está relacionado ao sexo: deputados e deputadas parecem votar indistintamente nesse assunto. Há evidências fortes de que deputados provenientes do setor militar e vinculados ao setor rural tendem a votar contrariamente ao controle das armas, *vis-a-vis* parlamentares que não tem vínculos com esses setores. Evidências menos fortes sugerem que parlamentares oriundos de estados de fronteira, onde a população demonstrou maior resistência à proibição da comercialização, apresentam a mesma tendência.

Parlamentares com vínculos religiosos parecem apresentar maior disposição para apoiar o controle das armas, especialmente no segmento católico. Outra variável importante para explicar o apoio nesse sentido é o grau de instrução: deputados com grau de instrução em nível de graduação, mestrado e doutorado apresentam tendência bem maior a votar pelo desarmamento do que deputados que têm formação inferior.

A variável explicativa mais importante diz respeito à filiação partidária. A exemplo de estudos que mostram a importância dos partidos na decisão de voto dos parlamentares, esse estudo conclui que eles foram referência fundamental na votação das propostas relacionadas ao referendo e ao desarmamento. Com exceção do PDT, partidos de esquerda tendem fortemente a votar pelo controle das armas, *vis-a-vis* partidos de direita. Em intensidade menor, mas ainda significativas, verifica-se a mesma tendência nos partidos de centro.

Esta é uma agenda de pesquisa a ser ampliada. Apesar de avançados, os estudos legislativos no Brasil deram pouca atenção para os “issues” e quase nenhuma para o tema da violência. Esse artigo pretende contribuir para a mudança desse quadro. As ciências sociais em geral e a ciência política, em particular, estão devendo estudos que ajudem o país a sair desse caos: apesar de não estarmos em guerra, somos um dos países com maiores taxas de morte violenta do mundo, superando até mesmo países que estão em conflito armado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim Neto, Octávio. (2000). Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 479-519.
- Ansolabehere, Stephen; James Snyder; Charles Stewart III (2001). **The Effects of Party and Preferences on Congressional Roll-Call Voting**. *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 26, No. 4 (Nov., 2001), pp. 533-572.
- Bandeira, Antônio Rangel & Josephine Bourgois (s.d.). *Armas de Fogo: Proteção ou Risco? Guia Prático: Respostas a 100 Perguntas – Prepare-se para o Referendo Popular*. Manuscrito.
- Cook, Philip & Jens Ludwig (1997). *Guns in America: Results of a Comprehensive Survey on Firearms Ownership and Use*. Washington, DC: Police Foundation.
- Costa, Sylvio e Antônio Queiroz (2007). *O Esperar do Novo Congresso: Perfil e Agenda da Legislatura 2007/2011*. Brasília. DIAP.
- Ellison, Christopher (1991). An Eye for an Eye? A Note on the Southern Subculture of Violence Thesis. *Social Forces*, vol. 69, n. 4 (jun-1991), pp. 1223-1239.
- Figueiredo, Argelina & Fernando Limongi (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- Finamore, Cláudia & João Eduardo de Carvalho (2006). *Revista de Estudos Feministas*, vol. 14, no. 2, pp. 347-362.
- Francisco Jr, Ari; Fábio Gomes; Márcio Salvato; Cláudio Shikida (2007). *RBE*, vol. 61, n.4, pp. 429-447.
- Grafton, Carl & Anne Permaloff (2005). Liberal and Conservative Dissensus in Áreas of Domestic Public Policy Other than Business and Economics. *Policy Sciences* 38: 45-67.
- Grossi, Miriam & Sônia Malheiros (2001). Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, no. 1, pp. 167-206.
- Kahane, Leo (1999). Gun Lobbies and Gun Control: Senate Voting Patterns on the Brady Bill and the Assault Weapons Ban. *Atlantic Economic Journal*, Dec-1999; 27, 4.
- Lizotte, Alan; James Tesoriero, Terence Thornberry & Marvin Krohn (1994). Patterns of Adolescent Firearms Ownership and Use. *Justice Quarterly*, v. 11, n. 1, March-1994, pp. 51-74 (24).
- Meneguello, Rachel. (1998), *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra.
- Mota, Samyra & Maria Aparecida Mota (org.) (s.d.). *Referendo: do Sim ao Não. Uma Experiência da Democracia Brasileira*. Cadernos do ISER n. 62.
- Oro, Ari Pedro (2003). A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiro. *RBCS*, vol. 18, n. 53, outubro/2003.
- Pereira, Carlos & Bernardo Mueller (2003). Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, vol. 46, no. 4, p. 735-771.

- Payne, Brian & Robert Riedel (2002). Gun Control Attitudes and the Criminal Justice Student: Do Differences exist? *College Student Journal*, June-2002.
- Poole, Keith (2003). Changing Minds? Not in Congress!
- Price, James; Joseph Dake; Amy Thompson (2002). Congressional Voting Behavior on Firearm Control Legislation: 1993-2000. *Journal of Community Health*; December-2002; 27, 6; Academic Research Library.
- Ramos, Sílvia & Julita Lemgruber (2004). Criminalidade e Resposta Brasileira à Violência. Observatório da Cidadania. Disponível em http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirob2004_bra.pdf
- Rodrigues, Leôncio Martins (2002). Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo, Edusp.
- Romero, Nanci; Eliana Pessoa Ferreira; Cristina Lopomo Defendi (2007). Eufemismo e Outros Recursos Desviantes no Referendo sobre o Comércio de Armas e Munição. *Estudos Linguísticos* XXXV (1), Janeiro-Abril, pp. 206-214.
- Ruddick, Sara (1989). *Maternal Thinking: Towards a Politics of Peace*. Boston: Beacon Press.
- Santim, Myriam (2000). Vozes da Igreja Católica na Câmara Federal. *Jornal da Redesaúde*, 21, setembro. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- Santos, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, 2002, vol.45, no.2, p.237-264
- Singh, Robert (1999). Gun Politics in America: Continuity and Change. *Parliamentary Affairs*, Jan-1999; 52, 1; Academic Research Library, pp. 1-18.
- Smith, Tom (2002). Public Perspectives: Public Opinion About Gun Policies. *The Future of Children*, Summer-2002, 12, 2, Academic Research Library, pp. 154-163.
- Snyder, James & Tim Groseclose (2000). **Estimating Party Influence in Congressional Roll-Call Voting**. *American Journal of Political Science*, Vol. 44, No. 2 (Apr., 2000), pp. 193-211.
- Soares, Gláucio (s.d.). Do Sim ao Não: Uma Análise das Pesquisas de Tracking. *In Referendo do Sim ao Não: Uma Experiência da Democracia Brasileira*. Cadernos do ISER n. 62, pp. 61-73.
- Santos, Suzy & Sérgio Capparelli (2004). Crescei e Multiplicai-vos: A Explosão Religiosa na Televisão Brasileira. *Intexto Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, Porto Alegre*, n. 11.
- Veiga, Luciana Fernandes & Sandra Avi dos Santos (2008). O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. *RBCS*, v. 23, n. 66, pp. 59-77.

APÊNDICE 1
Resultado do Referendo
Percentual de Votos “NÃO”, por estado

RS	86,83
RR	85,00
AC	83,76
RO	78,28
MT	76,89
SC	76,64
TO	75,99
AP	73,48
MS	73,33
PR	73,15
AM	69,16
GO	67,90
PA	67,12
PB	63,14
PI	62,91
SE	62,88
RN	61,98
RJ	61,89
MG	61,28
MA	61,13
SP	59,55
DF	56,83
ES	56,38
BA	55,45
AL	54,86
CE	54,70
PE	54,49
BRASIL	63,94

Fonte: TSE

APÊNDICE 2
Regressão Logística Multinomial – Categoria de Referência = Ausente
Variáveis Explicativas dos votos “Sim” e “Não” dos Deputados

Variáveis Independentes	VOTOS “NÃO”				VOTOS “SIM”			
	Odds Ratio	Std Error	Z	P > z	Odds Ratio	Std Error	Z	P > z
Mulher	.451	.289	-1.24	0.216	.811	.231	-0.73	0.463
Militar	12.650	.554	4.90	0.000	.874	.479	-0.24	0.807
Ruralista	.772	.193	-1.03	0.303	.425	.087	-4.15	0.000
Evangélico	1.017	.333	0.05	0.957	1.381	.339	1.32	0.188
Católico	1.152	.585	0.28	0.780	1.632	.523	1.53	0.127
Curso Superior	.724	.187	-1.25	0.213	1.562	.300	2.322	0.020
Mestre/Doutor	1.306	.652	0.54	0.592	2.365	.761	2.67	0.008
UF de Fronteira	1.445	.344	1.55	0.122	.852	.149	-0.91	0.364
PCdoB	.000	.000	-0.00	1.000	11.649	9.331	3.07	0.002
PT	.000	.000	-0.00	1.000	10.212	3.518	6.74	0.000
PDT	1.930	.976	1.30	0.194	.880	.483	-0.23	0.817
PSB	.151	.163	-1.74	0.081	2.621	1.203	2.10	0.036
PPS	.000	.000	-0.00	1.000	10.082	5.885	3.96	0.000
PV	.000	.000	-0.00	1.000	1.648	1.002	0.82	0.411
PMDB	.352	.126	-2.90	0.004	1.732	.492	1.93	0.053
PSDB	.071	.048	-3.93	0.000	1.395	.435	1.07	0.285
PTB	.502	.191	-1.81	0.070	.766	.254	-0.80	0.424
PL	1.253	.448	0.63	0.528	1.620	.542	1.44	0.150
PFL	.434	.165	-2.19	0.028	1.075	.331	0.24	0.813
Sem Partido	.407	.332	-1.10	0.272	.846	.592	-0.24	0.812
N					1020			
LR chi2 (40)					362.02			
Pseudo R2					0.182			